

11150-000031-24

8738



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
REITORIA
Pró-Reitoria de Pós-Graduação



UNIVERSIDAD
DE LA REPÚBLICA
URUGUAY

**ACORDO DE COTUTELA DE TESE DE DOUTORADO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" E A UNIVERSIDAD DE LA
REPÚBLICA, URUGUAY**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**, autarquia estadual de regime especial, criada pela Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.031.918/0001-24, com Reitoria em São Paulo, Capital, na Rua Quirino de Andrade, nº 215, Centro, doravante denominada UNESP, representada, neste ato, pelo Pró-Reitora de Pós-graduação, Professora Titular Maria Valnice Boldrin, conforme delegação de atribuição prevista na Resolução UNESP nº 58/2024, e, de outro, a **UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA URUGUAY** (doravante Udelar) representada pelo seu Reitor Prof. Dr. Héctor Cancela Bosi, que delega a sua assinatura deste ato ao presidente do Serviço de Relações Internacionais (SRI), Gonzalo Vicci Gianotti, conforme resolução 370/2025 de 21 de julho de 2025; com sede na Avenida 18 de Julio nº 1824 na cidade de Montevideú, Uruguai; têm, entre si, como justa e acertada esta convenção de cotutela de tese de doutorado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por finalidade estabelecer as condições mediante as quais os alunos regularmente matriculados em curso de doutorado na UNESP ou na Udelar interessados na obtenção de título de doutor válido e reconhecido em ambas as instituições, desenvolverão a respectiva tese ou trabalho equivalente, sob responsabilidade conjunta.

1.2 Este Acordo de cotutela visa ampliar as colaborações e de publicações conjuntas entre pesquisadores que atuam na UNESP e na Udelar.

1.3 Os objetivos específicos e o plano de atividades com cronograma, necessários para obtenção do título de doutor serão definidos em um documento chamado "Termos de adesão do aluno", que se tornara parte integrante do presente Acordo, respeitando-se as normas da UNESP e da Udelar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRINCÍPIOS DE RECIPROCIDADE

2.1 As duas instituições se comprometem a reconhecer a validade da coorientação realizada e a da tese defendida, outorgando, simultaneamente, ao aluno de doutorado a titulação correspondente.

2.2 Cada tese ou trabalho equivalente em coorientação se desenvolverá no âmbito do "Termos de adesão do aluno", que associe o aluno e as duas instituições interessadas e que implique princípio de reciprocidade.

2.3 A UNESP e a Udelar atribuirão, cada uma, ao aluno aprovado na tese de doutorado ou de trabalho equivalente um diploma conferindo título transcrito no "Termos de adesão do aluno" respeitada denominação definida no regulamento do Programa da UNESP e na normativa da Udelar.

2.4 É de responsabilidade da UNESP e da Udelar assegurarem-se de que todas as pessoas designadas para atuar nas atividades previstas neste Acordo e em seus respectivos "Termos de adesão do aluno" conheçam e explicitamente aceitem todas as condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA –DA ORIENTAÇÃO DO ALUNO

3.1 Os docentes responsáveis pelo acompanhamento e controle dos trabalhos apresentados no plano de atividades serão orientadores da tese de doutorado ou do trabalho equivalente vinculados ao presente instrumento no âmbito de ambas as instituições, devidamente designados no cada um dos "Termos de adesão do aluno".

3.2 Poderá haver mudança de orientador mediante concordância de ambas as instituições.

CLÁUSULA QUARTA – DO TERMOS DE ADESÃO DO ALUNO AO CURSO DE DOUTORADO EM REGIME DE COTUTELA

4.1 Para cada aluno e respectivas atividades desenvolvidas dentro dos objetivos da presente Acordo haverá um documento "Termos de adesão do aluno", que deverá ser assinado pelos representantes e orientadores da UNESP, da Udelar, e pelo aluno. O "Termo de adesão do estudante" descreverá:

- a) Cronograma e as atividades que serão realizadas.
- b) Tempo de permanência e as obrigações do aluno em cada uma das instituições.
- c) Condições em que se dará a defesa da tese ou do trabalho equivalente a saber:
 - 1. Título previsto da tese de doutorado ou trabalho equivalente
 - 2. Composição da comissão examinadora;
 - 3. Local em que se dará a defesa;
 - 4. Idioma que se dará a redação e apresentação.
- d) Denominação no diploma que conferirá o título ao aluno;

4.2 Condições para participação presencial do orientador.

CLÁUSULA QUINTA – DO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DO ALUNO

5.1 O aluno de doutorado deverá permanecer pelo prazo mínimo de seis meses em cada uma das instituições envolvidas neste Acordo.

5.2 O período de permanência do aluno previsto neste Acordo poderá ser prorrogado mediante proposta conjunta dos dois orientadores da tese e aceitação de ambas as instituições.

CLÁUSULA SEXTA - DA TESE DE DOUTORADO OU TRABALHO EQUIVALENTE

- 6.1. A tese ou trabalho equivalente em coorientação deverá ser elaborado e defendido em qualquer dos idiomas oficiais dos países de ambas as instituições.
- 6.2. A tese ou trabalho equivalente em coorientação deverá contar com resumo estendido no idioma não contemplado pela redação.
- 6.3 A tese de doutorado ou de trabalho equivalente reconhecida(o) em ambas as instituições terá uma única defesa na UNESP ou na Udelar, respeitando-se as normas da Pós-Graduação da instituição em que se der a defesa.
- 6.4 A proteção intelectual do objeto da tese e dos resultados da pesquisa deverá ser assegurada por ambos os programas de doutoramento envolvidos, em conformidade com os procedimentos específicos de cada país. A Udelar será regida pela Portaria de Direitos de Propriedade Intelectual aprovada pelo CDC com data 8 de março de 1994 e suas alterações.
- 6.5 A comissão examinadora da tese será designada em comum acordo entre as instituições envolvidas, devendo contar na sua composição com ao menos três membros titulares, incluindo-se entre estes, obrigatoriamente, os orientadores.
- 6.6 Os processos de depósito da tese ou do trabalho equivalente são regidos pela regulamentação em vigor em cada país.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

- 7.1 São de responsabilidade do doutorando em regime de cotutela, as providências exigidas por lei para estudo no exterior (como visto e outras documentações), bem como o integral custeio de sua viagem e de sua manutenção no país estrangeiro, incluindo-se a aquisição de seguro internacional de saúde, assistência e repatriamento, conforme declaração de cobertura social nos países envolvidos durante o período de desenvolvimento da pesquisa. Esta declaração fará parte do "Termos de adesão do aluno", assinada pelo aluno e pelo orientador.
- 7.2 As taxas de inscrição eventualmente exigíveis deverão ser pagas pelo aluno e serão recolhidas por apenas uma das instituições celebrantes, em caso que corresponda.
- 7.3. As instituições envolvidas não se comprometerão com as despesas decorrentes da prorrogação do período de permanência do aluno, prevista na cláusula quinta desta convenção.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

- 8.1 O presente Acordo terá a duração de 5 anos a contar da data de sua assinatura de modo a beneficiar o maior número possível de alunos interessados, após esse período, em caso de interesse da UNESP e da Udelar um novo Acordo deverá ser proposto.
- 8.2 Este Acordo poderá ser objeto de revogação, mediante a expressa manifestação de quaisquer das partes, com 30 dias de antecedência, respeitando-se, outrossim, os direitos dos alunos que, porventura, tiverem iniciado o curso de Doutorado.

8.3 E por estarem livremente em concordância, firmam as instituições celebrantes o presente Acordo, em 02 (duas) vias de idêntico teor e redigidas nos respectivos idiomas, para que produzam seus regulares efeitos.

CLÁUSULA NONA - DOS CONFLITOS E CASOS OMISSOS

9.1 Os conflitos e casos omissos serão resolvidos amigavelmente pelos partícipes, conforme o grau de competência e oportunidade, na UNESP pelo Conselho do Programa de Pós-graduação em Biotecnologia Animal, pela Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária do Câmpus de Botucatu ou pela Pró-reitoria de Pós-graduação e na Udelar pelo Serviço a que pertence o discente.

Pela UNESP	Pela Udelar
Local e data:	Local e data:
MARIA VALNICE BOLDRIN:07167 278890 Assinado de forma digital por MARIA VALNICE BOLDRIN:07167278890 Dados: 2025.09.24 17:13:35 -03'00'	Firmado digitalmente por:CN=GONZALO VICCI GIANOTTI, SERIALNUMBER=DNI18570784, C=UY Fecha:06/10/2025 12:45:42 -0300
Profa. Titular Maria Valnice Boldrin Pró-reitora de Pós-graduação	Gonzalo Vicci Gianotti Presidente del Servicio de Relaciones Internacionales

ACUERDO DE COTUTELA DE TESIS DE DOCTORADO ENTRE LA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" Y LA UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA URUGUAY, URUGUAY

Por este instrumento, por un lado, la **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**, agencia estatal de régimen especial, creada por la Ley nº 952, de 30 de enero de 1976, registrada en el CNPJ/MF con el nº 48.031 .918/ 0001-24, con Rectoría en São Paulo, Capital, en Rua Quirino de Andrade, nº 215, Centro, en adelante UNESP, representada, en este acto, por la Prorrectora de Estudios de Posgrado, Profesora Titular María Valnice Boldrin, según delegación de encargo prevista en la Resolución Unesp N° 58/2024, y, por otra parte, la **UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA** (en adelante Udelar), representada por su Rector Prof. Dr. Héctor Cancela Bosi, quien delega para este acto su firma en el presidente del Servicio de Relaciones Internacionales (SRI), Gonzalo Vicci Gianotti, según resolución 370/2025 del 21 de julio de 2025; con sede en la Avenida 18 de julio Nro. 1824 de la ciudad de Montevideo, Uruguay, tienen, entre sí, el presente Acuerdo de Cotutela de Tesis Doctoral por ser justo y correcto, a través de las siguientes cláusulas y condiciones:

CLÁUSULA PRIMERA – OBJETO

- 1.1 El presente instrumento tiene como objetivo establecer las condiciones bajo las cuales los estudiantes matriculados regularmente en un curso de doctorado de la Unesp o de la Udelar, interesados en obtener un título de doctorado válido y reconocido en ambas instituciones, desarrollarán su respectiva tesis o trabajo equivalente, bajo corresponsabilidad.
- 1.2 Este Acuerdo de cotutela tiene como objetivo ampliar las colaboraciones y publicaciones conjuntas entre investigadores que trabajan en la Unesp y la Udelar.
- 1.3 Los objetivos específicos y el plan de actividades con cronograma, necesarios para la obtención del título de doctorado, serán definidos en un documento "Términos de adhesión del estudiante", que pasará a ser parte integral de este Acuerdo, respetando las normas de la Unesp y la Udelar.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRINCIPIOS DE RECIPROCIDAD

- 2.1 Las dos instituciones se comprometen a reconocer la validez de la cotutela realizada y de la tesis defendida, otorgando simultáneamente el título correspondiente al doctorando.
- 2.2 Cada tesis o trabajo equivalente en cotutela se desarrollará en el marco del documento "Términos de adhesión del estudiante" para el respectivo estudiante, que asocia a las dos instituciones interesadas y que implica el principio de reciprocidad.
- 2.3 La Unesp y la Udelar otorgarán, cada una, al estudiante aprobado en la tesis doctoral o trabajo equivalente, un diploma que otorga un título transcrito en el documento "Términos de adhesión del estudiante", respetando la denominación definida en el reglamento del programa de la Unesp y en la normativa de la Udelar.

2.4 Es responsabilidad de la Unesp y la Udelar asegurar que todas las personas designadas para actuar en las actividades previstas en este Acuerdo y en los respectivos "Términos de adhesión del estudiante" conozcan y acepten explícitamente todas las condiciones en ellos establecidas.

CLÁUSULA TERCERA – ORIENTACIÓN AL ESTUDIANTE

3.1 Los profesores responsables del seguimiento y control de los trabajos presentados en el plan de actividades serán los directores de tesis doctorales o trabajos equivalentes vinculados a este instrumento en el ámbito de ambas instituciones, debidamente designados en cada uno de los "Términos de adhesión del estudiante".

3.2 Podrá haber cambio de orientador sujeto al acuerdo de ambas instituciones.

CLÁUSULA CUARTA – TÉRMINOS DE ADHESIÓN DEL ESTUDIANTE AL CURSO DE DOCTORADO EN REGIMEN DE COTUTELA

4.1 Para cada estudiante y las respectivas actividades desarrolladas dentro de los objetivos de este Acuerdo habrá un documento "Términos de adhesión del estudiante", que deberá ser firmado por los representantes y asesores de la Unesp y Udelar y por cada estudiante. El documento "Términos de adhesión del estudiante" describirá:

- a) Cronograma y actividades que se realizarán.
- b) Duración de la estadía y obligaciones estudiantiles en cada institución.
- c) Condiciones bajo las cuales se defenderá la tesis o trabajo equivalente, a saber:
 - 1. Título previsto de la tesis doctoral o trabajo equivalente.
 - 2. Composición de la comisión examinadora.
 - 3. Lugar donde tendrá lugar la defensa.
 - 4. Idioma en que se realizará la redacción y presentación.
- d) Denominación del diploma que conferirá el título al estudiante.

4.2 Condiciones para la participación presencial del orientador.

CLÁUSULA QUINTA – PERÍODO DE PERMANENCIA DEL ESTUDIANTE

5.1 El doctorando deberá permanecer por un período mínimo de seis meses en cada una de las instituciones involucradas en este Acuerdo.

5.2 El período de estancia del estudiante previsto en este Acuerdo podrá ampliarse previa propuesta conjunta de los dos directores de tesis y aceptación de ambas instituciones.

CLÁUSULA SEXTA - TESIS DE DOCTORADO O TRABAJO EQUIVALENTE

6.1. La tesis o trabajo cotutelado equivalente deberá estar redactada y defendida en cualquiera de los idiomas oficiales de los países de ambas instituciones.

- 6.2. La tesis o trabajo cotutelado equivalente deberá tener un resumen ampliado en el idioma no cubierto por la redacción.
- 6.3 La tesis doctoral o trabajo equivalente reconocido en ambas instituciones tendrá una única defensa en la Unesp o Udelar, respetando los estándares de Postgrado de la institución donde se realiza la defensa.
- 6.4 La protección intelectual del objeto de tesis y de los resultados de la investigación debe ser asegurada por ambos programas de doctorado involucrados, de acuerdo con los procedimientos específicos de cada país. La Udelar se registrará por la Ordenanza de Derechos de Propiedad Intelectual aprobada por el CDC con fecha 8 de marzo de 1994 y sus modificativas.
- 6.5 El comité examinador de tesis será designado de común acuerdo entre las instituciones involucradas y deberá incluir al menos tres miembros titulares, incluidos los supervisores.
- 6.6 Los procesos para el depósito de la tesis o trabajo equivalente se rigen por la normativa vigente en cada país.

CLÁUSULA SÉPTIMA - OBLIGACIONES FINANCIERAS

- 7.1 Es responsabilidad del estudiante de doctorado en régimen de cotutela, tomar las medidas requeridas por la ley para estudiar en el extranjero (como visa y otros documentos), así como el costo total de sus viajes y manutención en el país extranjero, incluida la adquisición de un seguro internacional de salud, asistencia y repatriación, de acuerdo con la declaración de cobertura social en los países involucrados durante el período de desarrollo de la investigación. Esta declaración será parte del documento "Términos de adhesión del estudiante", firmado por el estudiante y el supervisor.
- 7.2 Cualquier tarifa de inscripción aplicable deberá ser pagada por el estudiante y será cobrada por sólo una de las instituciones participantes, en caso que corresponda.
- 7.3. Las instituciones involucradas no se comprometerán con los gastos resultantes de la extensión del período de estadía del estudiante, prevista en la cláusula quinta de este Acuerdo.

CLÁUSULA OCTAVA – PLAZO

- 8.1 Este Acuerdo tendrá una duración de 5 años a partir de la fecha de su firma con el fin de beneficiar al mayor número posible de estudiantes interesados, transcurrido este plazo, en caso de interés de la Unesp y la Udelar, se deberá proponer un nuevo convenio.
- 8.2 Este Acuerdo podrá ser objeto de revocación, previa declaración expresa de cualquiera de las partes comunicada con 30 días de antelación, respetando, además, los derechos de los estudiantes que hayan iniciado el curso de Doctorado.
- 8.3 Y por estar libremente en concordancia, las instituciones firmantes del presente Acuerdo firman el presente Convenio, en 02 (dos) ejemplares de idéntico contenido y escritos en los respectivos idiomas, para que produzcan sus efectos regulares.

CLÁUSULA NUEVE - CONFLICTOS Y CASOS DE OMISIÓN

9.1 Los conflictos y casos omitidos serán resueltos, según el grado de competencia y oportunidad, en la Unesp por el Consejo del Programa de Posgrado en Biotecnología Animal, por la Congregación de la Facultad de Medicina Veterinaria y Zootecnia del campus de Botucatu o por el Decano de Estudios de Posgrado y en la Udelar por el Servicio al que pertenece el estudiante.

Por la Unesp	Por la Udelar
Location and Date:	Location and Date:
MARIA VALNICE BOLDRIN:07167 278890 Assinado de forma digital por MARIA VALNICE BOLDRIN:07167278890 Dados: 2025.09.24 17:14:41 -03'00'	Firmado digitalmente por: CN=GONZALO VICCI GIANOTTI, SERIALNUMBER=DNI18570784, C=UY Fecha:07/10/2025 15:34:39 -0300
Profesora Titular Maria Valnice Boldrin Decano de Estudios de Posgrado	Gonzalo Vicci Gianotti Presidente del Servicio de Relaciones Internacionales